

## AS CONDIÇÕES DA AÇÃO COMUNITÁRIA

### 1 - INTRODUÇÃO:

Sem dúvida, é um tanto chato cair de paraquedas no meio de um trabalho que vocês planejaram com todo o cuidado, estão há dias executado e que diz respeito às preocupações de vocês enquanto profissionais educadores. É bem possível que a minha participação perturbe mais do que contribua às discussões que vocês estão realizando. Por isto, duvidem do que vou dizer e, sobretudo, que esta conversa inicial seja somente um ponto de partida ou de apoio para uma troca de idéias em torno do que lhes interessa.

Tenho presente essas dificuldades, tentarei inicialmente colocar em comum algumas das minhas reflexões sobre a ação comunitária. Não se trata de uma análise detalhada e/ou organizada sobre a ação comunitária do MOBREAL. Aliás, isto seria até uma pretensão descabida, pois não tenho a prática de vocês e são vocês que de fato possuem a propriedade dessa experiência. Vou procurar simplesmente esboçar as interrogações que me surgiram a partir do trabalho no MOBREAL e de outras experiências de educação e ação comunitária de que participei, ou com as quais mantive relações. Dei um nome às minhas dúvidas: trata-se de questões em torno das condições da ação comunitária.

### 2 - COLOCAÇÃO DO PROBLEMA:

A ação comunitária, como também as outras modalidades de educação de base (1), me parece que tem, como traço mais marcante, um caráter

---

(1) Denominamos de educação de base, as modalidades de educação que se direcionam às populações que tem participação social mais restrita.

de intervenção social pois, de forma explícita, se preocupa com o modo pelo qual a população atingida se integra na estrutura e processo social. E é nisto que reside o primeiro limite da ação comunitária. Não é ela que determina o modo de organização da sociedade, nem é ela que aciona o seu desenvolvimento histórico. Tendo a ver com a estrutura e o processo social, na realidade a ação comunitária deles depende.

Em segundo lugar, a ação comunitária, como intervenção social, adquire a sua forma concreta em conjunturas históricas determinadas, dependendo do espaço social a ela reservado, das forças que a impulsionam e seus interesses, e da população que dela participa.

Um terceiro limite da ação comunitária reside na sua própria natureza de prática educativa. A pedagogia que viabiliza uma determinada ação comunitária, não só depende dos dois pontos salientados acima, como ela própria pode ser limitada enquanto modo de relação das pessoas envolvidas no programa para um mútuo aprendizado social.

Claro que a ação comunitária oferece possibilidades. Pessoalmente prefiro pensar nas possibilidades da ação comunitária, do que contrapor limites e possibilidades e ver para que lado pende a balança.

Na realidade penso que nós, que de algum modo estamos inseridos na educação de base, devemos nos questionar constantemente sobre o lugar e o papel dessa educação. Não penso que a educação, independentemente da modalidade, possa ser um fator que provoque mudanças sociais, que desenvolva uma sociedade. O livro da história é suficientemente claro para demonstrar que, em última análise, a mudança e o desenvolvimento são o resultado das forças sociais que

se sobrepõem politicamente, isto é, dos agentes sociais que, emergindo do interior da sociedade, se constituem em dominantes e dirigentes da própria sociedade, organizando-a de modo a fazer valer seus interesses. Mas então qual o papel da educação?

A educação, queiramos ou não, é determinada politicamente, ou seja, ela se define pelas forças sociais e interesses que estão por trás e que procuram se manter, ou manifestar, ou exprimir, ou ampliar no interior da sociedade, para serem ouvidos, atendidos, respeitados. Neste quadro, a educação passa a ser o processo que permite a própria tomada de consciência desses interesses, a reflexão sobre a sua situação real, o aprendizado da participação social, como nós estamos hoje afirmando no MOBREAL. Neste sentido, a educação se relaciona com a mudança e o desenvolvimento, sem ser a sua causa. Os indivíduos, enquanto agentes sociais inseridos na produção e organizados social, política e culturalmente em categorias sociais, com uma posição e função no conjunto, são os verdadeiros artífices da sociedade. O tipo de desenvolvimento de uma sociedade é o resultado do modo como se relacionam as categorias sociais e do uso que fazem de suas potencialidades. A educação é o processo pelo qual os agentes sociais podem realizar o aprendizado, adquirir a prática e a consciência de suas potencialidades, e das possibilidades de contribuir ao desenvolvimento do conjunto da sociedade.

Assim situada, me parece, é possível pensar nas possibilidades da ação comunitária como prática educativa que tem a ver com a mudança e o desenvolvimento da sociedade como um todo. Não esqueçamos que, por mais limitada que seja, é nela que estamos inseridos. E é enquanto cidadãos e profissionais da educação que devemos tentar estabelecer os parâmetros para a nossa ação, para que as suas potencialidades se concretizem.

Procurando me interrogar sobre o que cabe à nossa competência

4.

profissional para tornar a ação comunitária uma real contribuição à população, estabeleço o seguinte esquema:

- Num primeiro nível, a ação comunitária da qual participamos implica numa determinada postura frente à realidade. Isto é, a ação comunitária será fruto do modo como percebemos a própria situação da população com a qual nos relacionamos através do programa. Ou, como analisamos a estrutura e o processo social do qual ela faz parte;
  
- Num segundo nível, a nossa ação comunitária implica num projeto social para esta população e a sociedade mais ampla, quer um projeto de antemão definido pela instituição promotora ou por nós, quer um projeto social que se define conjuntamente com a população atingida;
  
- Por fim, a ação comunitária implica numa metodologia de educação que exprime a postura e o projeto, e que os realiza a nível da consciência, através da prática educativa.

O corte em três níveis é somente analítico. Uma ação comunitária é um todo complexo. A utilidade do corte reside no fato de que, para mim, não existe metodologia educacional, programa educacional, etc, sem ter por trás um projeto social, que por sua vez supõe uma postura frente à realidade.

Vejamos praticamente como afetam a ação comunitária os três níveis salientados.

### 3 - A POSTURA FRENTE À REALIDADE

Já aqui nós defrontamos com um enorme problema. Como o próprio nome o diz - ação comunitária -, nos programas deste tipo se está tendo uma determinada percepção da realidade social. A comunidade é, normalmente, o ponto de partida e a meta da ação. A estrutura social é, de algum modo, percebida como modo de organização da comunidade.

Mas o que é comunidade? Para responder a essa questão devemos nos valer da nossa capacidade profissional, do arsenal teórico e metodológico que adquirimos através da prática e da reflexão. De um ponto de vista hoje dominante nas ciências sociais, comunidade não é um conceito analítico, ou uma apreensão adequada da realidade. Ver comunidades na realidade é não entender a situação concreta em que vivem as populações. Falo do conceito implícito nos programas de ação comunitária, em geral, e da própria origem destes programas. A antropologia, criadora deste conceito, considera comunidade "qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada, tem um mesmo governo e estão irmanadas por uma mesma herança cultural e histórica".

A idéia de comunidade é uma idéia de vida em comum. O problema é que os atributos externos, como viver no mesmo bairro, frequentar a mesma Igreja ou a mesma escola, sofrer os mesmos acertos e erros da administração municipal, etc, enfim, nenhum de tais predicados é indicador suficiente de que estamos em face de uma população homogênea, com interesses e aspirações comuns. Se desenvolver a comunidade, como os programas que assim se intitulam propõem, é utilizar eficazmente os recursos disponíveis da vida em comum para se auto-promover, o primeiro problema a resolver diz respeito à concepção e diagnóstico do que poderíamos chamar a "situação social comunitária". Não podemos nos limitar a usar o conceito implícito de

comunidade que a difusão de programas de desenvolvimento de comunidade generalizou. Na prática, somos muitas vezes levados a pensar que comunidade é a população inteira de um lugar - um município, por exemplo -, e passamos a considerar todos iguais, sem diferenças em termos de interesses e problemas, todos igualmente responsáveis pela forma e nível de desenvolvimento social local.

A primeira condição é ser crítico frente a esta postura implícita. Isto, me parece, é o que vocês estão fazendo. Provavelmente, nos programas de ação comunitária não dá e nem convém exercizar a noção da comunidade, por ser uma palavra carregada ideologicamente e de grande efeito mobilizador, é necessário ter uma postura crítica e fundamentada que recheie essa noção, que lhe dê um sentido. Aí devemos colocar toda a nossa capacidade técnica em ação para ampliar o potencial dos programas de ação comunitária.

Apoiando-se nas ciências sociais, a nossa postura analítica, frente a sociedades complexas como a brasileira, tende a apreender a realidade da população como um todo assentado em forças sociais diferentes e não no consenso, como deixa a entender a noção ambígua de comunidade. Essas forças se estruturam e se manifestam em categorias sociais concretas e historicamente atuantes. Cada categoria social, ou parcela de categoria, que defino como grupo social, tem sua forma de organização, seus interesses e sua força. A população que compõe, uma categoria ou grupo social, esta sim, tende a ser homogênea, não por atributos geográficos, étnicos ou culturais, mas por ter uma referência estrutural comum. Se chamamos de comunidade a um grupo social assim definido, temos chances dando conta de algo muito real na sociedade. E se a nossa ação comunitária tiver por base as comunidades assim percebidas, cheio que ampliamos as possibilidades do nosso programa, botamos os limites mais além.

Na prática, a maioria dos programas de ação comunitária são ambíguos



e não dão certo, como costumamos dizer. Desconhecendo as causas mais profundas, a estrutura social que engloba diferentes comunidades, por assim dizer, e atuando guiados pelo aparente, considerando como interesse comum o que não é comum (por exemplo, atributos externos) os programas de ação comunitária começam, mas esmorecem tão logo afloram certas contradições. Quando realizei a pesquisa para minha tese de mestrado, analisei o porque da variação de uma zona a outra dos resultados do programa de ação comunitária estudado, se a metodologia e os objetivos tinham sido os mesmos. Em bairros da cidade de Ijuí, Rio Grande do Sul, compostos de uma população heterogênea do ponto de vista social, o programa, em 10 anos, não tinha ido além da realização de certas obras do tipo: construção de um lugar para festas, calçamento de ruas, construção de um ginásio, etc. Uma vez terminadas as obras, a dita comunidade se desmobilizou. No mesmo período, o mesmo programa desenvolvido numa favela apresentou resultados surpreendentes. Ele foi uma contribuição real para a população da favela exprimir seus interesses, organizar-se, encaminhar propostas e agir no sentido da ampliação de sua participação econômica, sócio-política e cultural no conjunto da cidade. Isto me mostrou que os promotores tomaram a noção de comunidade, implícitamente, como norma - bairro igual comunidade -, sem analisar quais as diferentes categorias da população que tem interesses comuns, mas que podem ou não viver numa mesma área geográfica, ter as mesmas carencias em termos de intra-estrutura urbana, etc.

#### 4 - O PROJETO SOCIAL

Que tipo de sociedade se está querendo construir e para cuja construção acreditamos o nosso programa de ação comunitária pode contribuir? Inicialmente, importa ter presente que, queramos ou não, a educação tem nela mesma uma dimensão política e é a concretização de um projeto político. Os programas de educação de base, de modo especial, desenvolvem uma determinada pedagogia da participação social. E participação social tem a ver, em última

análise, com a elaboração, encaminhamento e execução de propostas para a mudança nas condições sociais de vida, ou seja, com uma organização e desenvolvimento da sociedade de modo a atender aos interesses e necessidades dos grupos sociais que constituem a população atingida pelo programa de ação comunitária.

Bem, quais os limites que normalmente aparecem nos trabalhos de ação comunitária no que diz respeito ao projeto social? Como vimos, a idéia implícita de comunidade, normalmente, não só é critério de definição da população mas também meta da ação. Pensa-se construir uma comunidade. Trata-se de uma ideologia, a ideologia comunitária. É possível contribuir para a construção da comunidade? Voltamos ao ponto de partida.

Neste sentido, depende do que entendemos por um projeto social comunitário. Se a nossa preocupação é contribuir para que cada categoria ou grupo social concreto tome consciência de seus interesses e problemas comuns, se organize, tenha oportunidades de se expressar e participar, provavelmente teremos chances de contribuir realmente. Se, pelo contrário, o nosso projeto ignora as diferenças estruturais, vai ser muito mais um desserviço à população, uma ação que retarda a sua real participação do que uma contribuição que visa possibilitar o seu desenvolvimento.

A segunda alternativa, isto é, os programas de ação comunitária não sendo capazes de contribuir ao aprendizado da participação social é a mais normal e generalizada. Isto tanto devido à nossa incompetência como educadores, como às deficiências organizacionais ou financeiras de nossos programas, ao uso que deles fazem outros órgãos ou forças políticas, ou, mesmo, à amplitude dos problemas da população.



Um exemplo do Peru, de um trabalho de ação comunitária desenvolvido junto à população favelada de Lima, é ilustrativo. As favelas de Lima se formaram do mesmo modo que nas nossas cidades. A população começou a se organizar, espontaneamente, para garantir um mínimo de condições de vida. Como posseiros urbanos, "invasores" como são chamados por lá, os favelados ou se organizavam ou não conseguiriam sobreviver. Acontece, porém, que a organização espontânea dos favelados, não terminou com a obtenção de uma bica de água, a instalação de algum poste de luz ou com a garantia de respeito às suas paupérrimas moradias (mas assim mesmo suas). Os favelados sentiram que, se organizando melhor, poderiam encaminhar propostas mais amplas, participar mais eficazmente das decisões que lhes diziam respeito. Este fato chamou a atenção de diversos organismos públicos e privados encarregados da assistência social. Surgiram os programas de ação comunitária, quase todos financiados por fundações internacionais ou programas de ajuda ao desenvolvimento. Através dos programas, valorizou-se muito a idéia de que o desenvolvimento da favela era uma questão de equipamento e melhoria da infra-estrutura. A melhoria da favela dependia do esforço e da ação comum empregados em algo útil e imediato e do uso dos recursos financeiros que generosamente as organizações punham à disposição das favelas. Definiu-se, de antemão, que o necessário nas favelas era ter escolas, centros de treinamento da mão-de-obra, cursos de economia doméstica, etc. Enfim: uma participação a nível de consumo. O resultado desta "invasão" de programas de ação comunitária, distribuindo muito dinheiro, foi a desorganização da população das favelas, foi o retardamento da sua tomada de consciência, foi a desmobilização, foi o aprendizado da passividade, da esperança de receber doação assim que necessário for.

## 5 - A METODOLOGIA DA AÇÃO COMUNITÁRIA

Aqui, a possibilidade de nossa interferência direta, para que o programa de ação comunitária seja uma real contribuição à mudança e ao desenvolvimento, é bem maior. Afinal é o nosso campo

profissional. Trata-se do que e como fazemos o nosso trabalho. Por isto, penso que estes problemas são mais discutidos. Vou tentar ser mais breve.

Resumindo, o problema da metodologia se exprime no seguinte: ou nos preocupamos com a ação em si, nela mesma, ou nos preocupamos com o que a ação permite em termos de educação. Cada uma das preocupações revela e se baseia em metodologia própria. Quando a preocupação é a ação ou as realizações comunitárias, a metodologia normalmente adotada é de definir passos, é planejar, é obter a participação da população em organizações previamente definidas. Quando a preocupação é com o que a população pode aprender através da ação comunitária, a metodologia é de troca de experiências com a população, é a discussão, é a análise do porque das coisas, da situação em que vive a população, é o exame de propostas alternativas de organização. A ação comunitária passa a ser um meio, um "espaço educativo" como chamamos no MOBREAL. Ela pode ser a mesma ação nos dois casos, mas a ênfase sendo diferente, diferente também é a metodologia que vai ser utilizada, diferente é, sobretudo, a importância que atribuímos as coisas. Numa, será o resultado da ação; na outra, será o modo educativo de desenvolver uma ação.

O que importa é o fato que também aqui, queiramos ou não, nos dois casos típicos e extremos, trata-se de educação. Num, se aprende a ser executor e consumidor de algo. No outro, se aprende a ser agente social, a participar enquanto cidadão que tem idéias, criatividade, aspirações, experiências. Claro que falo em termos tendenciais. Mas, sem dúvida, a potencialidade de nossos programas de ação comunitária contribuirão ao desenvolvimento social se amplia na medida em que nos engajamos numa pedagogia da troca e da participação.

Era isto que tinha a dizer para vocês. São coisas que brotam de meu estômago e não só da cabeça. Gostaria de discutir com vocês, trocar com vocês, aprender com vocês como explorar as possibilidades

dos limites da ação comunitária.

Neste sentido, penso que vocês, no MOBREAL, já tem uma experiência acumulada de ação comunitária. A minha participação nas discussões sobre o PRODAC me assegura que no MOBREAL já se tem o instrumental técnico e operacional de um programa de ação comunitária, explicitamente preocupado com a sua dimensão educacional. No PRODAC, os critérios de uma pedagogia da troca, do aprendizado conjunto de agentes do programa e agentes da população, já estão amarrados. O necessário é desenvolver as potencialidades deste programa, de explorar os seus limites, tendo a coragem de revisá-lo constantemente, de não institucionalizar a pedagogia e de aprender com a parcela da população com a qual nos relacionamos devido ao programa.

Rio de Janeiro, de julho de 1980.

---

Cândido Grybowski  
Consultor GEPAC